



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

220 anos do Tratado de Badajoz e da posse das Missões pelos luso-brasileiros - 210 anos da Intervenção de Dom João na Banda Oriental - 200 anos do Tratado de Incorporação da Cisplatina ao Império - 190 anos da Abdicação - 190 anos da criação da Guarda Nacional - 180 anos da pacificação da Balaiada por Caxias - 170 anos do início da Guerra contra Oribe e Rosas - 160 anos da Questão Christie - 150 anos do Tratado de Paz com o Paraguai - 150 anos da Lei do Ventre Livre - 130 anos da 1ª Constituição Republicana - 120 anos do início da Revolução Acreana por José Plácido de Castro - 80 anos da criação do Ministério da Aeronáutica.

ANO 2020

Janeiro

Nº 367

A GUERRA DE CANUDOS, BAHIA (07 Nov 1896 – 05 Out 1897)

O que você sabe sobre a Guerra/Campanha de Canudos, um dos conflitos mais emblemáticos da História do Brasil, e na qual o EB foi empregado?

Sugerimos a leitura do livro do Coronel Oliveiros Lessa Litrento:
(Canudos - Visões e Revisões. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998)

E, para isso, começamos com o texto do Professor Jorge Calmon Moniz de Bittencourt (1915-2006), transcrito nas últimas páginas do livro acima citado.

O depoimento-síntese de Jorge Calmon



Jorge Calmon, professor emérito da Universidade Federal da Bahia, presidente de honra do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, era sócio correspondente do Instituto Histórico Brasileiro, membro da Academia de Letras da Bahia, era também jornalista de grande perspicácia, tendo atuado, nos últimos anos (de vida), na imprensa de Salvador e, por extensão, no Brasil. Concedeu-nos um depoimento-síntese com a resposta que se segue à pergunta formulada:

1) Por que Canudos pode ser considerada uma guerra que não deveria ter acontecido?

— Se não fosse pela tremenda perda de vidas, como saldo final dos acontecimentos, poderíamos qualificar a Guerra de Canudos como uma tragicomédia de equívocos.

Para intérprete de fatos históricos, que os analisa tempos depois de sua ocorrência, tendo sob suas vistas os elementos elucidativos, é fácil identificar erros cometidos. Identificar e criticar.

Pois uma coisa é o quadro composto pelas circunstâncias existentes em determinado momento, quando razões várias determinaram o comportamento de pessoas ou coletividades, e outra coisa, ou outra cena, bastante distinta, vem a ser o mesmo quadro visto contemporaneamente, como assunto de estudo, ou tema de seminário.

É o que acontece com a saga de Canudos. Sua leitura não deve conduzir à tardia e serôdia condenação - como fazem algumas pessoas - de qualquer das partes ou qualquer dos personagens, mas a uma reflexão sobre as causas do conflito, suas raízes no terreno sociológico, sua íntima relação com a mentalidade do povo sertanejo. Esse tipo de análise é que verdadeiramente se insere na missão da História.

A série de equívocos que pavimentaram o caminho da tragédia iniciou-se com a trapaga sofrida pelo Conselheiro quando da encomenda de madeira no comércio de Juazeiro.

Um caso sem maior significação, que deveria terminar com uma providência da autoridade policial, chamando às falas o negociante incorreto, ou do magistrado, acolhendo a demanda do prejudicado; entretanto, adquiriu vulto e importância em razão da manifesta má vontade de um juiz e de um delegado, já indispostos com o autor da queixa, por julgá-lo um reles perturbador da ordem.

O ressentimento provocado por essa omissão da autoridade pública cedo mostrou ao Conselheiro e seus apaniguados que não poderiam contar com a proteção da lei.

E é muitas vezes o desamparo da lei que está na origem de revoltas, seja de indivíduos, seja de povos.

O segundo equívoco consistiu na maneira com que o Governo reagiu ao ter conhecimento da suposta atividade subversiva do Conselheiro, acusado de agitar o povo contra o novo regime, a República, e o pagamento de impostos.

Em torno do beato já se haviam reunido algo como três mil pessoas, segundo informara um correspondente de jornal. Para dissolver essa multidão, o Governo expediu um mingado destacamento policial.

No combate de Masseté (uma fazenda situada nas proximidades da atual cidade de Soure), o contingente policial foi facilmente derrotado, tendo deixado no local do encontro quatro mortos. Foi isso em maio de 1893.

Passaram-se pouco mais de três anos até um novo confronto armado.

Iria ser uma guerra de verdade. Guerra civil, guerra religiosa, guerra pacificadora, seja qual for o adjetivo ou a conotação que se lhe dê, o que mais a caracteriza foram os seus contrastes, tanto na desproporção numérica dos contendores e na diversidade de armamento, como no imprevisto do terreno em que a luta se feriu, contrariando todas as regras clássicas de operações militares.

Assim como a caracteriza série de enganos que acompanharam os acontecimentos. Enganos sucessivos; desviando dos rumos da lógica e do bom senso o Governo, o Exército, a imprensa, a opinião pública, a Igreja.

A Igreja foi em parte responsável pela formação do clima de hostilidade em torno da figura do Conselheiro e seu proselitismo. Para o clero, a atuação do beato, pregando nas vilas e nas fazendas, como se arauto fosse da palavra divina e a construir capelas e cemitérios, afigurou-se intolerável, talvez mais que uma impostura, fácil de desmascarar, do que uma concorrência, invasora dos seus privilégios.

A indisposição teve como ponto de partida o relatório levado ao arcebispo da Bahia por Frei João Evangelista de Monte Marciano, um religioso que estivera na região observando os fatos e, na volta, deles deu conhecimento - ao seu modo - à autoridade eclesiástica.

A narrativa feita por esse frade e os comentários tendenciosos acrescido às suas informações, vieram confirmar as piores suspeitas alimentadas pelo clero.

Sob as vestes esfarrapadas de um falso messias, era o Anticristo, quem sabe, o próprio diabo a corromper as crédulas almas sertanejas, a afastá-las do seio da Igreja...

Ora, naquele tempo era poderosa a influência da Igreja; fora separada do Estado, é verdade, mas permanecia, possivelmente até mais acentuada, sua ascendência junto ao povo.

Sua opinião pesava, e muito, nas deliberações do Governo, fosse o central, fosse o do Estado. E porque assim era, a repulsa apostada pela Igreja ao Conselheiro e seus métodos vinha a ser o mesmo que abençoar ação repressiva, qualquer que fosse.

Mas, não coube verdadeiramente à Igreja o papel de patrocinadora da violência. Diremos que ela, mal-informada, coonestou-a. Outras forças também se deixaram iludir e, levadas por diferentes preconceitos, aliaram-se para produzir as várias etapas da catástrofe.

Erraram os políticos, a imprensa, os homens do Governo, ao julgarem que fenômeno de misticismo protagonizado pelo Conselheiro, no longínquo sertão baiano, possuía caráter faccioso, como a gênese de uma contra-revolução monarquista.

Erraram os brasileiros do sul do País, ao pensarem que a Bahia, seu povo e seu governo buscavam, apoiando o Conselheiro, a restauração do regime deposto. E chegaram a dizer que era o Conde d'Eu - entretanto afamado por sua sovinice - quem fornecia aos fanáticos os recursos para comprarem armas...

Erravam quantos viram no contingente de adeptos do beato uma força capaz de levar muito longe o seu ímpeto ofensivo; tanto que no Pará chegou-se a temer que a tropa sertaneja, desconhecendo distâncias, pudesse invadir o Estado...

Erravam os governantes e os chefes militares, na má avaliação das dificuldades que as expedições iriam enfrentar.

- Desinformação sobre as condições naturais da região.
- Desinformação sobre a real capacidade de combate da hoste do Conselheiro.

- Completa subestimação das reservas de energia, ralando pela disposição de sacrificar a própria vida, de criaturas fanatizadas pelo carisma do seu líder.

Em razão dessa sequência de equívocos, diversos dos quais repetidos, resultaram em desastre três expedições; a do Tenente Pires Ferreira, a do Major Febrônio de Brito, a do Coronel Moreira César; e por pouco não fracassa também a última, a definitiva, a comandada pelo General Arthur Oscar, aquela a que coube o esmagamento da Tróia sertaneja e o extermínio de, praticamente, toda a sua população adulta.

Em suma, Canudos foi uma quimera perseguida e afinal alcançada mediante um cortejo de grosseiros enganos.

Erros de informação, de compreensão e, enfim, de decisão, que custaram à Nação brasileira não somente rios de dinheiro - que o futuro repôs - mas cerca de quinze mil vidas que não voltaram da luta fratricida.

O Exército, afrontado, desafiado, levado a sacrificar tantos oficiais e soldados, desempenhou o seu dever.

Não é e não era um corpo deliberante; não lhe cabia julgar da necessidade de repressão armada, nem da maior ou menor intensidade dessa reação.

Cumpria-lhe obedecer; e foi o que fez.

Forçaram-no a uma missão que não era propriamente sua, porém de uma tropa de polícia, que restabelecesse a ordem.

Fiel à disciplina, seguiu as determinações do Governo.

Entretanto, alguém fez muita falta no desenrolar de todo o episódio.

Alguém dotado das qualidades de Caxias, o pacificador por excelência, aquele que sabia como cicatrizar, com paciência, habilidade, compreensão e espírito conciliador, as feridas deixadas pela luta entre irmãos.

Tudo teria sido diferente se houvesse comparecido ao episódio, desde o princípio, um personagem assim. Na verdade, figuras com esse perfil são raras nas páginas da História.



MINHA VIDA DE CADETE - João Bosco Camurça

A saga de um Cadete da Academia Militar das Agulhas Negras 1959/62.

(Análise do original pelo Cel Cláudio Moreira Bento, então Presidente da AHIMTB, por solicitação do autor).

Seu autor, o Tenente-Coronel João Bosco Camurça Marques dos Santos, uma revelação providencial como memorialista de alto nível, escreveu suas Memórias da AMAN, como se ainda fosse um cadete, cujo espírito incorporou.

Ele abordou com precisão detalhada e muito realismo, aplicando o método de Descartes na divisão de sua abordagem, escrevendo com intimidade, como se estivesse conversando com todos os cerca de 30.000 cadetes que cursaram as Agulhas Negras nos últimos 60 anos.

Merece destaque especial a sua análise precisa das finalidades de cada matéria que cursou, bem como o perfil de seus mestres. E, inclusive, os apelidos com que foram batizados pelos cadetes. Aborda-os como se estivesse a falar numa roda fechada com seus colegas. E, entre seus mestres, destaca por suas virtudes, entre outros, Cecil Wall Barbosa de Carvalho e Antônio

Esteves, os fundadores do Ensino Superior Civil em Resende, na AEDB; Geraldo Levasseur França, admirado e estimado mestre de Geometria Descritiva em diversas escolas de Resende; Rubem Rosadas, mestre de Psicologia, e Francisco Ruas Santos, mestre de História Militar, todos ligados à nossa Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Revela apreço a seus mestres, o que não constatei numa exposição de um antigo oficial no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em que recordava seus mestres militares.

Por tudo, considero esta obra **Minha vida de Cadete** de grande importância para a região do Vale do Paraíba fluminense, cuja Geografia e História aborda, bem como a vida social e a paisagem humana de Resende, que ele vivenciou e muito bem observou durante quatro anos.

É obra importante, especialmente para os cerca de 30.000 cadetes que cursaram a AMAN recordarem seus tempos de Academia e de Resende.

Para os futuros cadetes, será um guia seguro para conhecerem de antemão o que os aguarda ao chegarem em Resende, permitindo-lhes preparação adequada para os quatro anos de suas vidas como cadetes do Exército.

Concluindo, poderíamos afirmar que esta obra se constitui em expressiva contribuição para a conquista e preservação do Objetivo Cultural Atual nº 1 do Exército, assim definido e em vigor:

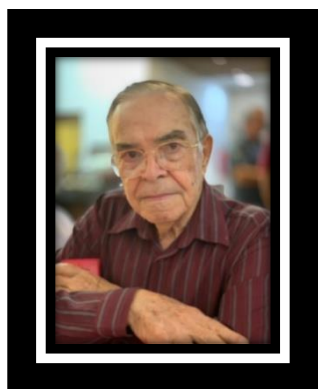
"Conquistar, preservar, cultivar e divulgar a História, as Tradições e os Valores morais, culturais e históricos do Exército Brasileiro".

Considero de muita validade a elaboração de Memórias, para que sejam deixadas para a posteridade, como experiência e lições colhidas em vida pelo memorialista e para a sua satisfação de deixar o seu espírito presente depois da morte de seu corpo e desencarne de sua alma.

Validade consoladora com apoio no pensamento de que "o homem é eterno enquanto sua obra existir e for lembrada".

E este será o caso do Ten Cel Camurça, cuja obra ajudará a recordar a saga de cada cadete que cursou a AMAN. E homenagem aos companheiros que recordaram aspectos de sua personalidade.

Cel Bento Historiador Militar e jornalista



FALECIMENTO DO GENERAL DE EXÉRCITO ANTÔNIO GERALDO
MIOTTO
- NOTA DE PESAR -

Cel Cláudio Moreira Bento
Historiador Militar e Jornalista

Lamento profundamente o falecimento do amigo General de Exército Antônio Geraldo Miotto. Ele foi meu aluno destacado de história militar na AMAN, onde demonstrou grande interesse pelo assunto e continuou ao longo de sua vida militar modelar.

Em 2010, como comandante da 8ª brigada de Infantaria Motorizada, cuja História publicamos em 2005 com a parceria do Coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis, o procuramos com vistas às comemorações em Canguçu do Bicentenário do Brigadeiro Antônio de Sampaio que ali vivera como Capitão de 1845 a 1849 no comando de uma Companhia de Infantaria para assegurar a Paz de Ponche Verde nas Serras do Sudeste.

E o General Miotto planejou aquela marcante cerimônia que foi executada por seu substituto que também foi meu aluno de História Militar: o então General de Brigada Luiz Eduardo Ramos Batista Pereira.

Eu encontrei o General Miotto no Rio como chefe do EM/CML no planejamento de um evento histórico do qual a Academia de História Militar Terrestre do Brasil a (AHIMTB/RJ) participou.

Nos reencontramos quando ele foi o Comandante Militar da Amazônia quando o convidei para prefaciar a 2ª edição do meu livro Amazônia Brasileira - Conquista, Consolidação e Manutenção - História Militar Terrestre da Amazônia (1616 - 2017).

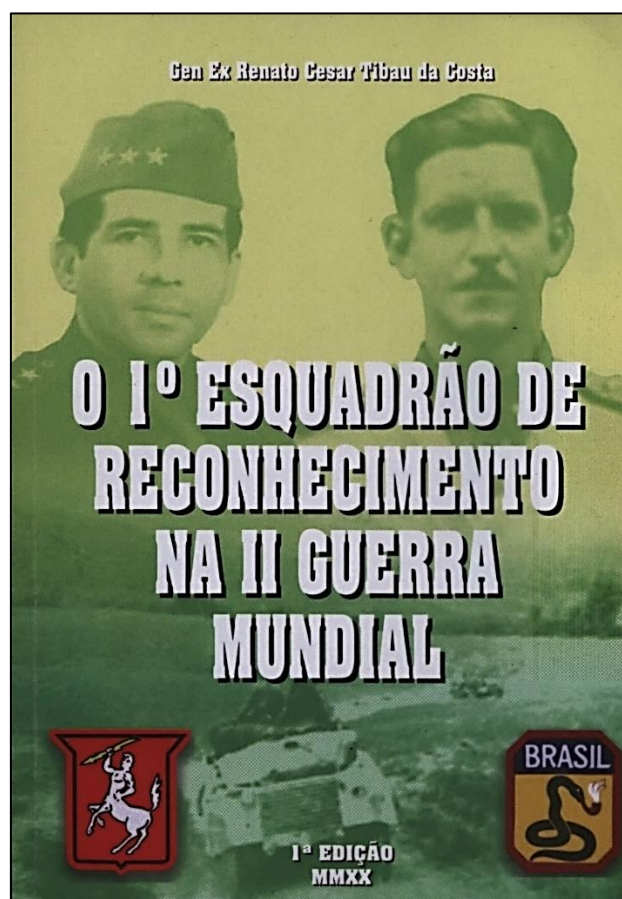
Do CMA ele foi transferido para o CMS para substituir o General de Exército Edson Leal Pujol. E pelo General Miotto fui convidado para o lançamento da 2ª edição do meu livro História do Comando Militar do Sul 1853-2018 e Antecedentes, agora com a parceria dos coronéis Luiz Ernani Caminha Giorgis e Ernildo Heitor Agostini Filho que comigo participou da parceria da obra institucional **Academia Militar: dois séculos formando oficiais do Exército 1811-2011** sob a direção do historiador militar Cel Carlos Roberto Peres.

Convidamos o General Miotto, como comandante do CMS, para fazer o texto das abas de meu livro A Guerra de Reconquista do Rio Grande aos espanhóis pelo Exército do Sul e suas guerrilhas e pela Esquadilha Naval do Vice Reino do Brasil.

Registro comovido a emoção que me causou as palavras de sua filha Rebeca, de pesar pela perda de seu pai, uma oração que se revela uma peça literária de profunda beleza (não transcrito aqui).

Só me resta transmitir a família do General Miotto meus pêsames pela perda de um amigo que muita consideração sempre dispensou a este historiador militar que escreveu a História do Exército no Rio Grande do Sul.





Recebemos do autor, o Gen Tibau, a obra cuja capa está acima. Importante livro que registra a saga do Esqrd Rec da FEB e de seus comandantes, principalmente o Cap Plínio Pitaluga. Um dos maiores heróis da nossa Força Expedicionária na Itália.



Cel Art AMERINO RAPOSO FILHO - Veterano da FEB - 99 ANOS – 20 Jan 1922 – 2021



Artilheiro da FEB oriundo da EMR - Turma de 1943, integrante do III Grupo de Obuses 105 da FEB - Grupo Souza Carvalho, o qual disparou o Último Tiro da Artilharia Brasileira na Itália, em 29 Abr 1945. Hoje é o tradicional e histórico Grupo Bandeirante – 20º G A C Leve – Aeromóvel, integrante da Força de Ação Rápida do EB, aquartelado em Barueri – SP.

20 janeiro 2021 – data festiva para os Veteranos da FEB. No Rio de Janeiro o Cel Raposo, com a lucidez e bom humor de sempre, comemora seus 99 anos cercado das manifestações de carinho da família e de tantos companheiros, mesmo em tempos de pandemia reunidos numa corrente invisível para saudá-lo com votos de muita saúde.

O então Tenente Raposo foi o comandante da Linha de Fogo da 2ª Bateria do III GO 105, do Cap Walmicki Ericksen, que cumpriu a derradeira missão de combate da Artilharia Divisionária da FEB, disparando o último tiro na Itália, em apoio de fogo na região de Collecchio/Fornovo ao cerco e rendição da 148ª Divisão de Infantaria alemã e da Divisão Bersaglieri italiana, evento este até hoje comemorado no atual aquartelamento do Grupo Bandeirante de Barueri-SP a cada 29 de abril.

Ilustre Pensador Militar, o aniversariante é Presidente de Honra do CEBRES - Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos; Acadêmico Perpétuo Fundador da ABD - Academia Brasileira de Defesa; e Acadêmico da AHIMTB/RIO, consagrado como seu patrono de cadeira especial.

O estimado Cel Raposo foi autor do prefácio e figura em destaque no Livro "Brasil - Pensadores Militares Terrestres" do Cel Claudio Moreira Bento, Presidente e Fundador da FAHIMTB.

Que o Criador e Supremo Arquiteto do Universo conserve por muitos anos entre nós o querido Cel Raposo. Parabéns Coronel, seus companheiros, amigos e admiradores da Casa da FEB o saudam efusivamente, Bravo Artilheiro da FEB, que nos campos da Itália honrou as gloriosas tradições de Caxias e Mallet !!!

Israel Blajberg - Ten R2 Art, CPOR/RJ 1965, VP – Casa da FEB - anvfeb@uol.com.br



Confira o novo texto do Cel Vogt - LEALDADE, no
www.escritorcfvogt.blogspot.com.br



- HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO I -

*Carlos José Sampaio Malan- Cel Refr
Vice-presidente da AHIMTB/RS*

No momento em que se discutem as mudanças curriculares na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), em Campinas e na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, sobre o ensino de História Militar, é oportuno reproduzir as

palavras do Gen Ex Alfredo Souto Malan, Chefe do Estado-Maior do Exército, quando da sua Conferência de Abertura dos Trabalhos do Projeto História do Exército Brasileiro, em 14 de abril de 1971, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na cidade do Rio de Janeiro, para que se possa entender as razões, os objetivos e o alcance da obra:

ABERTURA DOS TRABALHOS DO PROJETO DE HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

Tentativas para elaboração da História do Exército Brasileiro: - O projeto atual – suas formas – Razões da cooperação solicitada à ECEME – A Edição sintética do Projeto: papel da ECEME e do EME – Razões do Simpósio – A construção do Brasil Cristão, Uno, Livre e Democrático.

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – Rio 14 Abr 71

1. A HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

É antiga, de pelo menos sete décadas, a ideia de se elaborar a história do Exército Brasileiro. De fato, nesse período, algumas tentativas foram feitas, dentro e fora do Exército Brasileiro, para concretizar essa ideia. Uma delas foi empreendida pela Biblioteca do Exército, há cerca de quinze anos, utilizando-se uma equipe de oficiais. Disto resultou a elaboração do primeiro de uma série de quatro volumes, trabalho até hoje não publicado.

Com o mesmo fim, embora de modo nem sempre explícito, trabalharam também, neste século, inúmeros pesquisadores e historiadores civis e militares. É o caso, por exemplo, dos oficiais da primitiva 5ª Seção do Estado-Maior do Exército, bem como do Gen Augusto Tasso Fragoso, e de outros, os quais chegaram a produzir trabalhos historiográficos de grande valia. Alguns desses autores tentaram, mesmo, compendiar os feitos militares terrestres do povo brasileiro, mas nenhum logrou, até hoje, fazê-lo de modo integral.

Assim, não temos publicada nem mesmo de forma reduzida, a história das forças terrestres brasileiras, desde o século XVI até a atualidade.

Tal aconteceu pelas seguintes razões principais:

- falta de continuidade no esforço, por parte dos órgãos que se voltavam para a conquista daquele objetivo;
- atraso na pesquisa histórica nacional, entendida esta como a conquista sistemática das fontes históricas existentes, principalmente nos arquivos brasileiros e portugueses;
- falta de preparo metodológico de quase todos aqueles que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos na pesquisa, com vistas à elaboração dos subsídios históricos, necessários à redação final da história do Exército Brasileiro.

Não obstante, aquelas tentativas e o grande número de subsídios já publicados refletem o ardente patriotismo de militares e civis, inconformados com o esquecimento, sob o pó dos arquivos, dos altos e nobres exemplos cívicos de nossos antepassados. Realmente, não teria ocorrido esse longo e sempre renovado esforço, e o dispêndio de tantas energias, se os feitos militares do nosso povo não contivessem motivação.

E esta não provém, simplesmente, dos feitos operacionais ou essencialmente militares, sabidamente grandiosos, como, por exemplo, a vitória brasileira na guerra holandesa. Há outros e numerosíssimos feitos, não operacionais, riquíssimos de conteúdo cívico, que tem estimulado aqueles que se dedicam à investigação do nosso passado militar terrestre.

Por tudo isso, se necessidade havia de elaborar-se uma história do Exército, muito mais imperativa é tal exigência, numa quadra em que a subversão procura destruir os melhores valores da Nacionalidade.

2. O PROJETO ATUAL

Eis porque a Chefia do Estado-Maior do Exército decidiu elaborar a história das nossas forças terrestres, sob duas formas distintas:

- uma, de natureza sintética, a publicar em curto prazo;
- outra, a ser utilizada como obra de referência, a concluir e publicar, tão logo se complete uma pesquisa extensa e profunda das fontes da história nacional, básicas para o conhecimento de todos os aspectos da história militar terrestre.

A história sintética, além de sua finalidade informativa, objetivará, principalmente, contribuir para a formação do caráter nacional, ao por em evidência os valores espirituais e morais do soldado brasileiro, na construção da defesa de uma Pátria cristã, grande, livre e democrática.

Levando em conta que a publicação da história resumida demoraria muito, se deixada na dependência de poucos historiadores militares disponíveis, o Estado-Maior do Exército optou por recorrer à cooperação desta Escola.

Essa linha de ação tem a seu favor os seguintes fatores:

- existência de uma equipe numerosa e selecionada de oficiais, que podem dedicar-se, ao mesmo tempo e disciplinadamente, à pesquisa bibliográfica de temas limitados;
- constituir essa pesquisa a aplicação de conhecimentos de teoria de História ministrados nesta Escola.

Desse modo, ficariam eliminados todos os grandes e graves inconvenientes da linha de ação que preconiza o recurso a outro tipo de trabalho, necessariamente mais lento e de mais difícil coordenação.

3. O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO – EDIÇÃO SINTÉTICA.

O Projeto História do Exército Brasileiro, para a edição sintética, prevê a publicação de dois volumes, repartidos em cerca de cem tópicos.

No quadro do exercício “Método de Estudo da História Militar”, a cargo desta Escola, os oficiais-alunos do 2º ano receberão as instruções preliminares necessárias à sua participação no Projeto.

Indicações e normas, elaboradas pelo Estado-Maior do Exército e pela Coordenação do Projeto, orientarão os oficiais-alunos para aplicarem, nos tópicos que lhes couberem, os conhecimentos de teoria de História aqui recebidos. Em outras palavras, a teoria será aplicada na solução de um antigo problema da cultura nacional.

As monografias resultantes dessa pesquisa constituirão a matéria-prima, que elementos especializados utilizarão para uniformizar o estilo da obra. Obra que se desdobrará em cerca de mil e quinhentas páginas e mais quinhentas ilustrações; destas, três centenas serão trabalho de arte.

Nessas condições, o presente Projeto é a mais ampla e nova tentativa oficial, no sentido de se elaborar uma obra há tanto tempo desejada e, mais do que nunca, necessária ao País.

Justamente por isso, a Chefia do Estado-Maior do Exército e a Coordenação do Projeto sentiram ser absolutamente imprescindível recorrer-se à inteligência e à cultura dos meios civis e militares voltados para a questão da História Nacional. Principalmente, para que sejam equacionados, desde logo, com segurança, importantíssimos problemas: primeiro, os relacionados com a comunicação e a divulgação da história sintética; segundo, os que se ligam à história de caráter enciclopédico, a qual, por sua base rigorosamente científica, não pode prescindir de luzes das nossas principais instituições culturais do campo da História.

Estas as razões que levaram o Estado-Maior do Exército a promover a realização do Simpósio, cujos trabalhos hoje também iniciam.

A Chefia do Estado-Maior do Exército sente-se, pois, honrada com a adesão que recebeu aos convites para a participação no Simpósio para elaborar e divulgar a História do Exército Brasileiro. E manifesta sua satisfação, por verificar que, ao vir ao nosso encontro para nos ajudar a resolver tão antigo problema do campo psicossocial brasileiro, dão aos participantes do Simpósio uma prova e civismo, que nos engrandece e engrandece a cultura nacional.

Todos esses esforços, vivificados, de um lado, pelo entusiasmo profissional dos oficiais-alunos do 2º ano desta Escola e, de outro, pela provada cultura dos ilustres participantes do Simpósio, levarão, sem dúvida, em curto prazo, à produção de uma *História do Exército Brasileiro*, digna dos sacrifícios seculares da nossa gente, na construção de um Brasil Cristão, Livre e Democrático.

Estão abertos os trabalhos para a elaboração e divulgação da **HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Referência Bibliográfica:

MALAN, Alfredo Souto. *Discursos e Conferências*, EME. Brasília, 1972

Observação:

Os **Discursos e Conferências** do Gen Ex Alfredo Souto Malan no período em que esteve na Chefia do Estado-Maior do Exército, 9 de Dezembro de 1970 a 10 de maio de 1972, foram reunidos numa publicação editada pelo EME, que segundo o Gen Malan era dedicada aos camaradas que deixava na caserna, na esperança de que eles pudessem encontrar algo daquilo que tanto se valera ao buscar ensinamento e conforto no legado de acertos – e também erros – dos antigos chefes que presidiram sua formação de soldado.



Abaixo, capa do trabalho sobre a Infantaria a pé, recebido do Cel Estigarribia, pelo qual agradecemos e reproduzimos uma das imagens (oportuna-mente as outras).



Deslocamento de tropa em forma (ABAIXO)



No 23º BC o Cb Lucindo, ao conduzir os plantões para o rancho, não percebeu a presença do Cap “Pirita”. Este gritou “Ô cabo Lucindo...”. E o cabo, para escapar da bronca, comandou “Olhaaar frente...”, sem ter comandado antes o “olhar à esquerda” (presença de espírito do infante).

EDITOR:

LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS, CEL PRESIDENTE DA AHIMTB/RS (LECA-MINHA@GMAIL.COM)

SITES: WWW.AHIMTB.ORG.BR E WWW.ACADHISTORIA.COM.BR

SITE DO NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS/CMS:

WWW.NEE.CMS.EB.MIL.BR

SITE DO NÚCLEO MILITAR DE GRAMADO: WWW.NUCLEV.COM

BLOG DA DELEGACIA DA FAHIMTB/RS EM RECIFE, PE – DELEGACIA HERÓIS DE

GUARARAPES: [HTTP://HISTORIA-PATRIOTA.BLOGSPOT.COM/](http://historia-patriota.blogspot.com/)

O conhecimento é orgulhoso por ter aprendido tanto; a sabedoria é humilde por não saber mais.

(William Cowper)